

## EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

**NEOLIBERALISMO E NECROPOLÍTICA EM ACHILLE MBEMBE:** sujeitos passíveis de luto e não passíveis na consolidação dos Estados Africanos

**NEOLIBERALISM AND NECROPOLITICS IN ACHILLE MBEMBE:** subjects to mourning and not subject to mourning in the consolidation of African States

**Osmilde Augusto Miranda<sup>1</sup>**  
**Anacleto Aníbal Xavier Domingos<sup>2</sup>**  
**Milton Cassul Miranda<sup>3</sup>**

### RESUMO

Este ensaio tem como propósito compreender os conceitos de neoliberalismo e necropolítica a partir da perspectiva teórica do filósofo africano Achille Mbembe. Para tanto, buscamos por meio do uso dos conceitos como: necropolítica, modernidade, neoliberalismo e necrocorpos para refletir os enclaves epistemológicos a partir das ações sociais, políticas, econômicas e culturais. A preocupação, aqui, é justamente tornar inteligíveis essas categorias analíticas, de modo que possamos apreender a dinâmica complexa e conflitante do modo de produção capitalista mediante as políticas excludentes em prol de uma ordem normativa universal, tornando susceptíveis algumas vidas passíveis de luto e outras não necessariamente, na intervenção e na implementação seletiva dos corpos reconhecíveis de viver.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo. Necropolítica. África.

### ABSTRACT

This essay aims to understand the concepts of neoliberalism and necropolitics from the theoretical perspective of the African philosopher Achille Mbembe. To this end, we seek through the use of concepts such as: necropolitics, modernity, neoliberalism and necrobodies to reflect the epistemological enclaves based on social, political, economic and cultural actions. The concern here is precisely to make these analytical categories intelligible, so that we can grasp the complex and conflicting

<sup>1</sup> Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Email: osmildemiranda4@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Desenvolvimento Económico, Território e Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará. Email: domingo59xavier@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando em Engenharia Aeroespacial pela Universidade Federal do Maranhão, Email: miltoncassul@gmail.com

dynamics of the average capitalist mode of production and the exclusionary policies in favor of a universal normative order, making some lives susceptible to mourning and others not. necessarily, in the intervention and selective implementation of recognizable bodies of living.

**Keywords:** Neoliberalism. Necropolitics. África.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este ensaio tem como propósito compreender o conceito de neoliberalismo e necropolítica a partir da perspectiva do pensador e filósofo africano, da Costa de Marfim, Achille Mbembe, tendo em conta a emergência da implementação dos projetos neoliberais no processo da consolidação das nações africanas. Neste sentido, procuramos empreender teoricamente algumas categorias analíticas como: neoliberalismo, necropolítica, modernidade e necrocorpos no contexto dos países periféricos como enclave epistemológico no que toca a implementação das políticas culturais, econômicas e sociais. Metodologicamente, fez-se uma revisão bibliográfica sobre autores africanos que desenvolveram pesquisas sobre a questão do neoliberalismo e os seus desafios. Este ensaio está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução e a última as considerações finais. As outras três seções é onde são desenvolvidas as discussões teóricas, como, a reflexão sobre a gênese semântico do conceito necropolítica nas sociedades periféricas a partir da perspectiva de Mbembe, a questão da necropolítica e modernidade frente os diferentes contextos culturais, econômicos e sociais, e a análise da implementação do projeto neoliberal a partir da experiência do continente africano.

Portanto, este ensaio busca responder as seguintes questões: o que é necropolítica em Mbembe? Como ela se dá nas sociedades modernas e periféricas? Qual é a experiência do continente africano? Entende-se que a ausência do não alinhamento epistemológico na consolidação dos projetos liberais ou neoliberais permitiu com que a sua implementação enquanto projeto universal criasse enquadramento ou níveis desproporcionais tendo em conta os contextos, no âmbito dos recursos humanos, tecnológico, ambiental menos inclusiva.

## **2 O QUE SIGNIFICA PARA MBEMBE NECROPOLÍTICA NA SOCIEDADE CAPITALISTA PERIFÉRICA**

O conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018) nos é de extrema relevância para darmos início à nossa reflexão. Para ele, o conceito de necropolítica está ligado ao conceito de

“necroeconomia”, no sentido em que uma das funções do capitalismo atual é produzir em grande escala uma população supérflua. Uma população que o capitalismo não mais precisa explorar, mas que tem de gerir de algum modo. Isso parte através de uma maneira de gerir esses excedentes de população relacionados com a exposição a todo tipo de perigos e riscos, frequentemente mortais.

Outra técnica consistiria em isolá-los e enclausurá-los em zonas de controle. É a prática do zoneamento. A necropolítica seria, então, o arremedo político dessa forma de violência do capitalismo contemporâneo. Doutro lado, ele destaca a palavra soberania para pensar as ordens de quem deve ou não viver. Ser soberano é exercer controle sobre a moralidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.

Assim, é no âmbito da leitura de Michael Foucault, em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976), que procurou apreender e aprofundar a discussão sobre necropolítica. Questões relativas às condições necessárias e práticas com que se deve exercer o poder de matar, deixar viver ou expor alguém à morte; quem é o sujeito legítimo dessa lei e o porquê serão indispensáveis para tornar compreensível o que, em outras palavras, Mbembe designará como a gênese do biopoder e do necropoder enquanto sinônimos, uma vez que o poder de decidir quem vive é, no entanto, o mesmo que recai sobre aquele que decide os passíveis de luto.

Mbembe inicia afirmando que a finalidade de sua discussão não está, necessariamente, atrelada ao Estado de exceção<sup>4</sup> do Agamben, no qual o sentido do extermínio dos povos judeus é determinante como representação exemplar, mas na etimologia geral do conceito para pensarmos a sociedade moderna, uma vez que ela esteve na origem de vários conceitos atrelados à soberania e, conseqüentemente, à biopolítica. Nessa ordem, ele destaca que é a partir do conceito de soberania que emanam ordens gerais e jurídicas, objetivando (e subjetivando) sujeitos em tempos-espacos antagônicos e complexos, em modus operandi normativamente incorporados em ilusões universalistas. Esses homens e mulheres são

---

<sup>4</sup> Estado de Exceção, conceito de Giorgio Agamben, utilizado no seu livro: Meios sem fim. Em que a discussão ressalva que [...] “a exceção é uma espécie de exclusão. Ela é um caso singular, excluindo da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é o que é excluído não é, por essa razão, simplesmente sem relação com ele sob a forma da suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se dela. O estado de exceção não é, pois, o caos que precede a ordem jurídica, mas a situação que resulta de sua suspensão. Nesse sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o étimo (ex-capere), ‘tomada fora’, e não simplesmente excluída” (Giorgio Agamben, 2015, p. 225).

considerados sujeitos completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação (MBEMBE, 2018).

É, portanto, a partir desse ponto que a política é definida como a autonomia e contrato coletivo por meio de interação comunicacional e reconhecimento. A questão que segue é a seguinte: autonomia a quem? A quem importa, de fato, a autonomia política? Por quê? Que tipos de contratos são estabelecidos? E como se dá o reconhecimento desses contratos? Mbembe não só reconhece as inúmeras críticas sobre o conceito de autonomia<sup>5</sup> (para pensar política na sociedade moderna) quando busca empreendê-lo como uma arquitetura em que o “projeto central não é a luta pela autonomia [estruturas de poder- Estados-Nações que tem o fim de si para si], mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (A. Mbembe, 2018, p.10), em outras palavras, necropolítica é resultado das políticas eficazes de seletividade, agrupamento e enlutamento de corpos marcados social, econômica, cultural e politicamente.

É no âmbito da compreensão da soberania como direito de quem deve viver ou quem deve morrer que Mbembe relaciona a noção de biopoder e necropoder a conceitos de Estado de exceção e de sítio. Assim, o biopoder só é instrumentalizado para pensarmos os sujeitos passíveis de vida e os sujeitos não passíveis de vida, como resultado de uma única resposta, que é, em última instância, o meio e o fim de si mesmo, Estado-Nação.

### **3 NECROPOLÍTICA E MODERNIDADE NA CONSTRUÇÃO DE CORPOS TROPOLÓGICOS**

Para essa reflexão é interessante trazermos o conceito geral de modernidade de Anthony Giddens (2002). Ele engloba tanto as instituições e modos de comportamentos desde o período pós-feudalismo até os dias atuais. Para ele, a modernidade deve ser pensada em duas dimensões, em que a primeira está relacionada com a institucionalização das indústrias, e a segunda ao capitalismo como um sistema complexo de produção de mercadorias em mercados competitivos com fins de obter lucros em pequena ou grande escala, e, portanto, ambas requerem de instituições de vigilância que:

---

<sup>5</sup> É importante ressaltarmos que o conceito de autonomia, neste artigo, está embasado na teoria de autogovernança de Foucault que, de todo modo, deve passar por um crivo crítico para pensarmos as estruturas de violência histórica e contínua, isto é, considerando o grau de incorporação das ordens sociais, políticas, econômicas e culturais, muitas vezes dadas como naturais.

[...] se refere ao controle e a supervisão de populações submissas, assumo esse controle a forma de supervisão 'visível', no sentido de Foucault, ou do uso da informação para coordenar atividades sociais. Essa dimensão, por sua vez, pode ser separada do controle dos meios de violência no contexto da "Industrialização da guerra". A modernidade inaugura uma era de "guerra total" em que a capacidade destrutiva potencial dos armamentos, assinalada acima de tudo pela existência de armas nucleares, tornou-se enorme (GIDDENS, 2002, p.21).

E, nesse âmbito, Giddens afirma que o Estado-Nação se tornou uma das formas sociais mais importantes da modernidade, ou seja, é a partir dele que se apresentam as formas específicas de territorialidade e capacidade de vigilância, controle e monopólio efetivo sobre os meios da violência, ou seja, os Estados modernos são nada mais do que a ascensão da organização que apresentam descontinuidades, tempo-espacial de modos comportamentais de grupos sociais com suas amplitudes e profundidades.

Assim entendido, o Estado, nessa perspectiva, vai ser o próprio meio e fim da racionalidade das decisões dos corpos passíveis de viver e de morrer, porém, o grande desafio está, justamente, em como equalizar o que ele designará de separação de tempo e espaço, ou seja, toda sociedade tem a sua marcação temporal (passado, presente e futuro) e de espaço (corpos marcados social e psicologicamente a partir de uma geografia específica). Segundo Giddens (2002, p.22-23):

A separação de tempo e espaço envolveu acima de tudo o desenvolvimento de uma dimensão "vazia" de tempo, a alavanca principal que também separou o espaço do lugar. O esvaziamento de tempo e espaço não é um desenvolvimento linear; ele opera dialeticamente (GIDDENS, 2002, p. 22-23)

Por outro lado, é importante também demonstrarmos as limitações desse ponto de partida que não deixa de ser relevante, mas que envolve toda uma experiência localizada. Desta feita, entende-se que a instrumentalização de leis ou princípios como resultados das relações coloniais tornaram as normas corporais-hierarquicamente estabelecidas na ordem potencial da necropolítica a corpos ilusoriamente universais. O que Mbembe (2019) classifica como efeitos da experiência colonial que acontece normalmente por meio de recursos sociais, culturais e políticas em determinados espaços não europeus através da:

[...] língua, na palavra, no discurso, nos escritos, nos cantos, nos atos e na consciência de seus protagonistas, e na história das instituições das quais eles se aproveitaram, assim como na memória que eles forjaram desses acontecimentos. Por ser um movimento de repotencialização, alguns o imaginaram como uma festa da libertação

universal, a elevação do ser humano ao mais alto degrau de suas faculdades simbólicas, a começar pelo corpo inteiro (ACHILE MBEMBE, 2019, p.21).

Esses e outros efeitos tornaram as práticas sociais cada vez mais difíceis frente à realidade moderna em decorrência da disparidade de corpos-normativos complexos, uma vez que ela perpassa por relações politicamente hierárquicas de poder<sup>6</sup>. A hierarquia se faz presente a partir do “significado e [d]a estrutura de instituições, práticas e representações simbólicas ocidentais modernas [que] já pressupõem conceitos de progresso, soberania, sociedade, subjetividade, gênero e razão, entre muitas outras” (Nelson Maldonado-Torres, 2019, p.30), o que, de outro lado, diferencia-se das sociedades chamadas ‘selvagens’, ‘bárbaras’ ou ‘do terceiro mundo’, segundo a classificação da ‘ordem’ mundial.

Giddens (2002) afirma que é justamente nessa separação tempo-espacial das relações sociais que emana o deslocamento ou desencaixe como o segundo elemento indispensável da sociedade moderna que, por sua vez, possibilita o distanciamento tanto virtual como físico dos sujeitos em tempo-espacial. Diante disso, ele divide os mecanismos de desencaixe em dois tipos- tal como: fichas simbólicas (exemplo claro temos o dinheiro- meio de troca) e sistemas especializados (profissão ou qualificação em uma determinada área), ambos abstratos.

O primeiro está relacionado com meios de trocas com valores padrões em uma pluralidade de contextos, como, por exemplo, o dinheiro. É por meio do dinheiro que as pessoas vão construir as suas existências sociais e espirituais na sociedade moderna, quanto maior o acúmulo, maior o poder de estabelecimento e reconhecimento. O segundo está voltado ao tempo e ao espaço, dispondo de conhecimento técnico na validação de uma determinada atividade – tanto das instituições, por exemplo, como os agentes sociais, funcionários de empresas, dentre outros. Ter uma profissão ou técnica que juridicamente é outorgada torna não só o indivíduo capaz de se incorporar ou se estabelecer na ordem simbólica da modernidade.

Por último, afirma que os dois tipos de sistemas de especialização exigem confiança por meio das relações estabelecidas ou negociações que pode ser de alta confiança ou baixa confiança. A confiança baixa está ligada às atividades monótonas ou desagradáveis, mal pagas,

---

<sup>6</sup> Pensamos o poder na dimensão orgânica, mas que não deixa de ser complexo, ou seja, objetamos a visão linear do poder (causa e efeitos) direto (BYUNG-CHUL HAN, 2019), uma vez que o poder exercido pela força colonial, muitas vezes, manifesta-se na impessoalidade e no silêncio das relações, não é só objetiva, mas também subjetiva, envolve opções e decisões.

como, por exemplo, atender aos caixas dos supermercados, enquanto os postos de ‘alta confiança’ estão voltados para aquelas que exigem não necessariamente mais tempo, mas segredos por falta de supervisão- a prática dos políticos ou médicos, por exemplo. É justamente a questão da confiança e da segurança na sociedade moderna que torna *sine qua non* a discussão da necropolítica- para entendermos a vida social como política e a política na vida das pessoas a partir da mediação dos enclaves escravista e patriarcal dos sujeitos na sociedade pós-colonial. Assim sendo, afirma Giddens (2002, p.25):

atitudes de confiança em relação a situações, pessoas ou sistemas específicos, e num nível mais geral, estão diretamente ligadas à segurança psicológica dos indivíduos e grupos. Confiança e segurança, risco e perigo, existem em conjunções historicamente únicas nas condições da modernidade. Por outro lado, novos riscos e perigos, tanto locais quando globais, são criados pelos próprios mecanismos de desencaixe (GIDDENS, 2002, p.25).

Assim, a reflexividade é vista como a terceira maior influência sobre o dinamismo das instituições modernas, o meio pelo qual as pessoas buscam em todo momento fazer o monitoramento da forma reflexiva de suas ações durante as suas atividades diárias. Mas o desafio está na construção social de corpos normativos universais suscetíveis de refletirem as suas ações frente à realidade subversiva dos *habitus*<sup>7</sup> contraditórios e esquizofrênicos de negação (dentro de estruturas pretéritas de forma estruturante de corpos normativos através de poder hegemônico estabelecido historicamente) e a falsa aceitação nas instituições complexas que não comportam a multiplicidade das diferenças no âmbito das normas que possibilitam a confiança e a segurança de/para todos os corpos presentes, a partir de suas práticas.

#### 4 EXPERIÊNCIAS NECROPOLÍTICAS NA ÁFRICA

Diferente da colonização imperial cuja finalidade estava na destruição dos poderes locais, instalando forças militares e instituindo novos modelos de controle sobre a população

---

<sup>7</sup> Conceito de *Habitus* de Pierre Bourdieu (2011), portanto, é um exemplo claro para pensarmos as estruturas de reprodução da contradição da modernidade e os seus efeitos na realidade atual, principalmente, no quesito identitário, considerando os patrimônios dos sujeitos e as disposições atuais da realidade vigente- que exige um adestramento de corpos [conhecimento e reconhecimento na sua individualidade], como de sujeitos imigrantes, negros, mulheres, LGBTQ+ e outros mais- no que tange à conservação do próprio conceito no âmbito acadêmico e que se espelha de forma arrogante na sociedade civil.

civil (MBEMBE, 2018), a ocupação colonial buscava, de todo modo, criar sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais que perduram até os dias atuais, de forma mais especializada. Para ele, a ocupação espacial tornava, assim, o território “[...] a matéria prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa reeleger o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2018, p.39). Franz Fanon (2005), demonstra como os impactos da colonização e da descolonização foram atos de violência prolongada. Por mais que a descolonização fosse desejada, exigia um estado rigoroso e muitas vezes impetuoso e obrigatório para mudanças de consciências na vida de homens e mulheres da colônia.

A descolonização, como sabemos, é um processo histórico: isto é, ela só pode ser compreendida, só tem a sua inteligibilidade, só tem a sua translúcida para si mesma na exata medida em que se discerne o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo. A descolonização é o encontro de duas forças congenitalmente antagonistas, que têm precisamente a sua origem nessa espécie de substituição que a situação colonial excreta e alimenta (Franz Fanon, 2005, p.52).

Não bastava a descolonização territorial ou espacial das colônias, mas o exercício paciente de entender todo processo de construção e desconstrução das estruturas ainda vigentes nas áreas de opressão colonial. Isso, de todo modo, concerne para as questões políticas, econômicas, sociais e culturais presentes de forma estruturante no inconsciente e no consciente do sujeito colonizado e, decerto, esse trabalho árduo não cabia unicamente à substituição do poder, porque a descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos.

Mas essa criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a coisa colonizada se torna homem no processo pelo qual ele se liberta” (FANON, 2005, p.53), e, portanto, a libertação que ele se refere não é aquela de estar livre das correntes coloniais materiais, simplesmente, mas também de correntes simbólicas. Assim, o exercício de descolonização exige de toda uma sociedade a automutilação. Requer autoviolência dos sujeitos que buscam empreender o nascimento do homem novo. Nascer em si e para si exige do violentado e do violentador a libertação da agressão das estruturas cognitivas de ambas as partes.

Em suma, é um treinamento cotidiano de mutilação de si e de possibilidade impossível na relação com esse novo homem. Perguntemo-nos: por que possibilidade impossível? Porque ela exige de nós a reflexividade constante dos sujeitos colonizados [colonizador para pensar as



estruturas africanas e diaspóricas-herdeiros do poder colonial] e o autocontrole de si em estruturas herdadas como marca da violência colonial, por isso que é doloroso, é amor e ódio, é tudo e mais alguma coisa que não escape da ansiedade e do desejo, que resulta da vida e da morte concomitante. Para Fanon (2005), isso transparece nos compartimentos de desejos e desprezos projetados a partir de dois mundos diferenciados em que as experiências se dão através ausência e presença de infraestrutura e condições básicas para viver.

Essa descrição densa e rica de Fanon sobre a dicotomia das cidades dos colonizadores e dos colonizados se traduz em várias dimensões de poder nas sociedades modernas, herdeiras do escravismo e do colonialismo, que não estão retratadas somente no continente africano, mas também em outras que tiveram efeitos de necropolítica. A preocupação do autor estava, assim, intrinsecamente relacionada à construção da sensibilidade em torno dos ambientes a partir de uma explicação e não de uma justificativa do contentamento ou do descontentamento dos sujeitos colonizados e colonizadores, mas, de certo modo, por meio da compreensividade das tensões fronteiriças.

Nesse âmbito, Judith Butler (2019) afirma que a relação de submissão ou de sujeição entre duas ou mais pessoas perpassa a ordem das relações de 'poder'. A relação de 'poder' não está só atrelada à resistência, porém também com a existência, o que consiste na dependência dos discursos que os sujeitos não escolhem consciente ou inconscientemente, e de forma paradoxal sustentam as suas ações. Entende-se que esse paradoxo relacional teve impactos fortes nas sociedades escravocratas. É interessante o pensamento, por exemplo, da experiência do continente africano narrado pelo historiador Danilo Fonseca (2015). Segundo ele, não se pode pensar o continente africano sem considerar o processo colonial e as marcas estruturais e estruturantes do legado da Conferência de Berlin<sup>8</sup>.

A partir de tal o processo de dominação, em toda primeira metade do século XX, a Europa desenvolve uma exploração colonial do continente africano (com exceção à Etiópia que permanece independente). Inglaterra, França (de uma maneira mais enfática e ativa), Portugal, Bélgica, Itália (de modo secundário), e ainda Espanha e Alemanha ( de maneira pontual) buscaram explorar em larga escala as riquezas e pessoas do continente africano (Danilo Fonseca, 2015, p. 4).

---

<sup>8</sup> Conferência de Berlin considerada por Danilo Fonseca como o marco da divisão geopolítica, consequente de guerras e resistência no continente africano, que teve boa parte dos territórios africanos tomados por volta de 1902.

Nesse âmbito, ele demonstra como a política colonial deixou memórias estruturais que determinaram as relações de produção nas respectivas colônias, de tal modo que, à política de cultivo obrigatório, implementou pelas diferentes potências colonialistas, tinham como principal objetivo no decorrer da colonização possibilitar uma gigantesca remessa de poucos produtos para a metrópole, de modo a complementar a economia (FONSECA, 2015), isso, todavia, ressalva mais uma vez como a experiência colonial foi um projeto crucial para entendermos a realidade vigente no continente, a partir das materialidades históricas herdadas pelos sujeitos atuais.

Consequentemente, afirma Danilo (2015), que a conquista da independência do continente africano trouxe bastante expectativa para as comunidades africanas. Mas salienta também que elas tiveram de enfrentar o espectro da colonização como um desafio de autoconfronto de si e para si. Assim, os países que tiveram as suas conquistas por meio da força ou guerra civil (como no caso de Gana e Argélia) construíram um projeto progressista de desenvolvimento mais promissor, enquanto os países cuja negociação foi por meio dos próprios colonizadores e as emergentes elites locais<sup>9</sup>(assimilados) tiveram e continuam tendo crises e conflitos internos constantemente.

Georges Nzongola-Ntalaja (2012), ao estudar o processo de consolidação dos Estados africanos a partir do pensamento de Amílcar Cabral<sup>10</sup>, demonstra os desafios da formação dos Estados na África. Os governantes pós-coloniais não transformaram as estruturas herdadas de modo que o Estado e a Economia pudessem servir às profundas aspirações dos seus povos, em vez de servirem aos interesses das classes dominantes do sistema mundial, com as quais esses governantes tendiam a se identificarem, ou seja, a falsa ilusão da independência transparece no espectro das relações coloniais,

a identificação comum do sistema colonial como obstáculo geral ao progresso econômico e social que tomou possível a todas as classes da sociedade colonizada se unirem numa luta comum contra o colonialismo. Nem a nação africana, nem a nação pré-colonial tinham forças com classes bem-organizadas capazes de materializá-las,

<sup>9</sup> Essa discussão foi desenvolvida por José Manuel Maroto Blanco (2015), no seu artigo *“Os problemas internos da África Central e Ocidental francófona como entraves ao desenvolvimento econômico e social: uma visão crítica das elites africanas”*. Ele demonstra que depois da conquista da colonização na África houve uma correspondência entre os países neoimperialistas e as elites ilegítimas dos países dessa zona, com finalidade de aprofundar e negociar a independência. Isso, todavia, tornou-se visível na própria construção dos Estados-Nações, que negavam as particularidades nacionais e disparidades locais.

<sup>10</sup> Líder do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-verde. Cabral, a partir do seu pensamento crítico, objetiva a libertação nacional em relação à estrutura social a partir do seguinte dizer: “queremos estar presente e tomar parte ativa neste acontecimento transcendente da História da Humanidade” (CABRAL, 1980, p.21).

como projetos políticos. Por outro lado, o Estado-nação territorial correspondia a estratégias neocolonial do imperialismo, cujos interesses seriam mais bem servidos por muitos Estados fracos e empobrecidos, juntamente com os interesses egoístas de classe da pequena burguesia africana, para a qual quanto mais Estados fossem criados, mais oportunidades haveria para ocuparem os cargos presidenciais, ministeriais ou outros de alto nível (NZONGOLA-NTALAJA, 2012, p. 111-112).

Consequentemente, veem-se na África, no período pós-independência, os interesses egoístas que culminaram durante décadas em guerras civis a partir de métodos autoritários do poder, o crescimento de corrupção e enriquecimento em grande porte, bem como a promoção de um nacionalismo territorial que esquece a diversidade e a unidade do pensamento africano-Pan-africanismo. É, portanto, nesse âmbito que os impactos neoliberais se configuraram no continente africano. Entre os anos de 1970 e 1980, os países africanos concentravam a maior parte do seu Produto Interno Bruto na exportação de poucas mercadorias para a Europa, e foram atingidos duramente pelas amplas políticas neoliberais (FONSECA, 2015).

Segundo o levantamento feito pelo Banco Mundial, a dívida externa dos países da África subsaariana quase que dobram entre 1980 e 1988, passando de 84 bilhões para 165 bilhões de dólares, chegando a marca de 223 bilhões de dólares em 1995, pulando de 31% para quase 75% do PIB local. As guerras civis a fome se tornou sinônimos do continente, fazendo com que a África passasse do otimismo para o pleno pessimismo. As guerras civis em Angola (1975-2002), Moçambique (1977-1992), Uganda (1982-1986), Sudão (1985-2002), Djibuti (1991-1994), Burundi (1993), Ruanda (1990-1994) que culmina no genocídio de 1994, Serra Leoa (1991-2002), República Democrática do Congo (1996-1997), República do Congo (1997-1999), Guiné-bissau (1998) são exemplos da extensão de tal crise política e social (FONSECA, 2015, p. 8).

Assim, entendemos que toda essa discussão é indispensável para pensarmos a realidade do continente africano sem, portanto, contextualizar as especificidades de cada região. Tanto o processo colonial como os projetos pós-coloniais em uma boa parte do continente africano passaram a ter um poder decisório na construção das relações políticas e econômicas internas e externas na consolidação do projeto nacional, é nessa perspectiva que pensamos que o capitalismo descontextualizado no continente serviu de ponte para a necropolítica. Isso posto, reflete de alguma forma toda uma estrutura histórica que o continente africano tem enfrentado até os dias atuais de forma direta ou indireta. Exige dos analistas o uso de instrumentos clínicos que não encapam nas suas análises a verdadeira raiz do mal que assola as estruturas necropolíticas atualmente. Outras indagações deixam claro que não é a totalidade da população na África ou na América Latina que estar suscetível a morrer ou no enquadramento

de luto, que nos faz questionar a razão do processo seletivo social por meio do qual as teorias neoliberais têm sido o modelo recorrente ou standard nas sociedades capitalistas.

## **5 CONCLUSÃO**

O conceito de necropolítica de Mbembe nos ajudou a refletir a questão da vida e da morte na sociedade capitalista nos países periférico. Nesse sentido, entender a discussão conceitual do autor nos permitiu a não ter uma visão unilateral, mas por meio das mediações de poder entre os sujeitos passíveis de luto e os não passíveis de luto.

Entende-se que a vida passível de luto é a possibilidade de manutenção que depende fundamentalmente das condições sociais e políticas- que não recai simplesmente pelas disposições internas de querer viver, mas, pelo contrário, pelas relações estabelecidas normativamente com os outros sujeitos ou grupos que nos fazem ter uma visão mais complexa e dialética sobre necropoder (BUTLER, 2018).

O que implica que para ser passível de luto é necessário que as ordens estabelecidas imponham certos tipos de éticas ou obrigações entre os vivos na sociedade capitalista. Estar protegido de qualquer tipo de violência social do Estado não dependente do enquadramento, pelo contrário, é estar exposto à violência exercida pelo próprio Estado, assim afirma Butler (2018, p.): “depende do Estado-Nação para a proteção contra a violência significa precisamente trocar uma violência potencial por outra”.

Nessa perspectiva que entendemos o conceito de necropolítica na sociedade capitalista por meio do modelo neoliberal de governação que não contextualiza os cenários globais e locais dos corpos sociais. Atravessada por formas específicas de preservar a vida é que a morte se torna mais um meio de sociabilidade e indiferença.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Daniel. **O que é o neoliberalismo?** A renovação do debate nas ciências sociais. Revista Sociedade e Estado. 2019 (p. 211-239), v.34. n-1.
- AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento:** ensaios e conferências. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2015.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Letramento. Belo Horizonte (MG), 2018.
- BLANCO, José. **Os problemas internos da África Central e Ocidental francófono como entraves ao desenvolvimento econômico e social:** uma visão crítica das elites africanas. Revista simbiótica. Espírito Santo, 2015 (p.64-82). Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/11723>.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático.** RJ: Vozes. Petrópolis, 2011.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder:** teorias da sujeição. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto? Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2018.
- CABRAL, Amílcar. **Amílcar Cabral:** a arma da teoria. Codecri. Rio de Janeiro, 1980.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra.** Ed. UFJF. Juiz de fora, 2005.
- FONSECA, Danilo. **A África entre a desesperança neoliberal e o “Renascimento Africano”:** dívida externa, pobreza e desenvolvimento. Revista África e Africanidades. 2015. Disponível em: <https://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/010020072015.pdf>.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Zahar. Rio de Janeiro, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** DP&A. Rio de Janeiro, 2011.
- HAN, Byung-Chul. **O que é o poder?.** Rj: Vozes. Petrópolis, 2019.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. Editora Loyola. São Paulo, 2008.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade:** algumas dimensões básicas. In: Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Poder Brutal, Resistência Visceral.** n-1 edições. São Paulo, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Sair da Grande Noite:** ensaio sobre a África descolonizada. Rj: Vozes. Petrópolis, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. n-1-edições. São Paulo, 2018.

MIRANDA, Osmilde. **Olhares cruzados e experiência compartilhadas de negros/as africanos/as e brasileiros/as na cidade de São Luís/Maranhão.** Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019.

NETO, João. **Foucault, Governamentalidade Neoliberal e Subjetividade.** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019 (p.1-10).

NZONGOLA-NTALAJA, Georges. **Desafios para a formação do Estado na África.** In.: Desafios contemporâneas da África: o legado de Amílcar Cabral.